



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

DATA DA REUNIÃO: CATORZE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO. -----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO. ---

PRESENCAS E FALTAS: -----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS –PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E QUINZE MINUTOS. -----

[Handwritten mark]



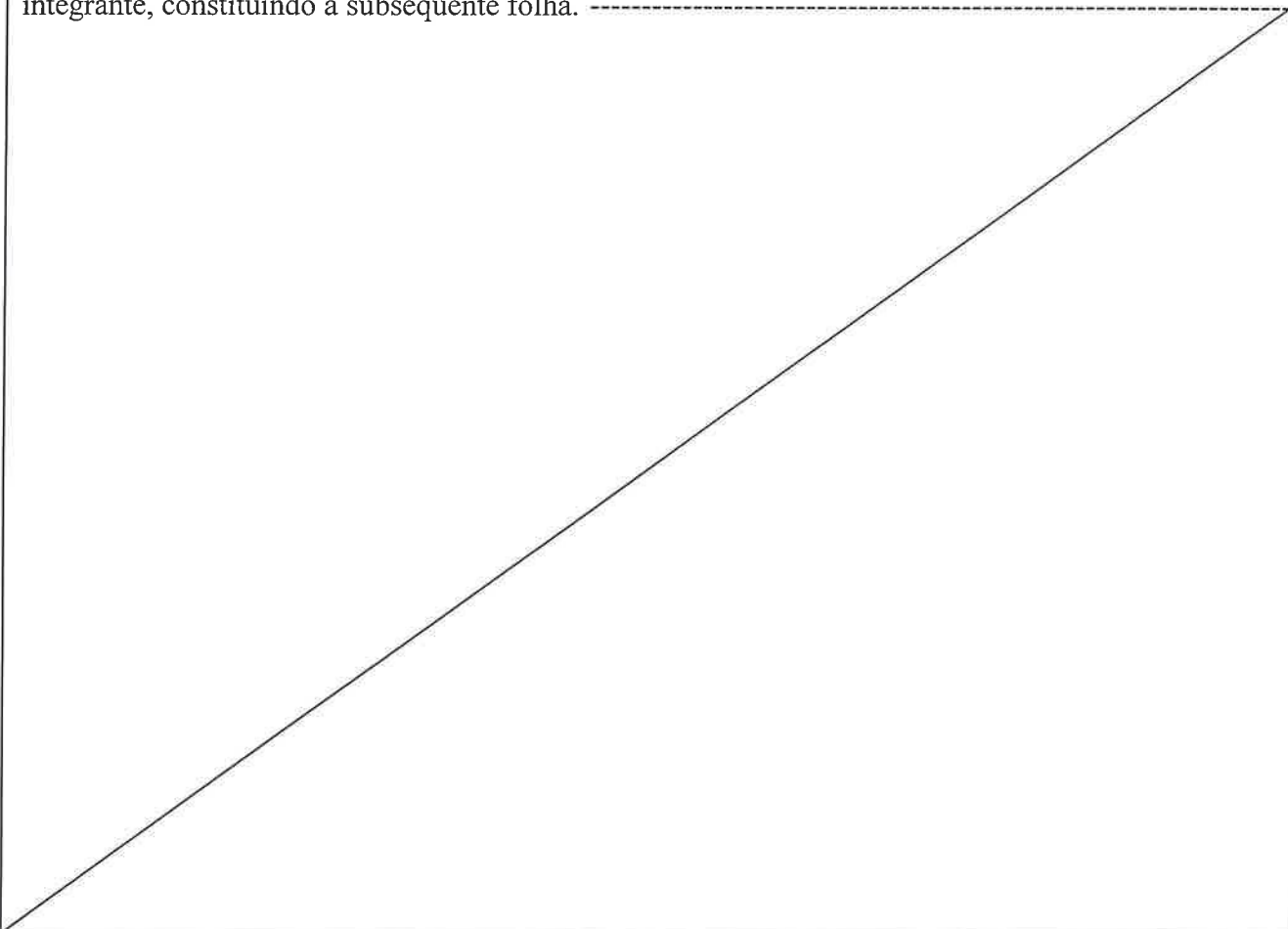
HORA DE ENCERRAMENTO: DEZASSEIS HORAS.-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) A câmara municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um voto de reconhecimento ao Ginásio Clube de Santo Tirso, por ter alcançado título histórico na modalidade de ténis de mesa, com a fundamentação que consta do documento que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha. -----



VOTO DE RECONHECIMENTO

(Ginásio Clube de Santo Tirso conquista título histórico no ténis de mesa)

O Ginásio Clube de Santo Tirso fez história, no último fim de semana, em Lisboa, ao conquistar o título nacional da II Divisão de ténis de mesa.

Na fase final disputada no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, a equipa masculina do Ginásio Clube de Santo Tirso somou por vitórias todos os quatro jogos realizados, o que lhe valeu festejar, pela primeira vez, o título de campeão e a subida ao segundo escalão mais importante da modalidade a nível nacional.

Também no último fim de semana, no Pavilhão Multiusos de Guimarães, o atleta Ricardo Santos, em representação do Ginásio Clube de Santo Tirso, sagrou-se vice-campeão nacional de trampolim.

Dada a relevância dos resultados desportivos alcançados no último fim de semana nas fases finais dos campeonatos de ténis de mesa e de trampolim, a Câmara Municipal propõe atribuir um voto de reconhecimento ao Ginásio Clube de Santo Tirso pelo contributo dado em prol do desenvolvimento desportivo do Município e pela afirmação como um dos clubes mais ecléticos do País.

Do voto de reconhecimento, será dado conhecimento ao Ginásio Clube de Santo Tirso, à Assembleia Municipal, à Junta da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, à Associação de Ténis de Mesa do Porto, à Federação Portuguesa de Ginástica e à Associação de Ginástica do Norte.

A Câmara Municipal

Santo Tirso, 14 de junho de 2018

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 12 Fl. 4
14 de junho de 2018

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS. -----**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel: +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14 DE JUNHO DE 2018 – ATA Nº 12

ORDEM DO DIA

- 1 – Ata da reunião da câmara municipal de 01 de junho de 2018: Aprovação
- 2 – Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício de 2017 - Aprovação
- 3 – Grandes Opções e Orçamento do Município para 2018 - 3ª Revisão ao PPI e Orçamento da Receita
- 4 – Acordo de Pagamento para execução da sentença proferida no processo número 626/16.0T8PVZ-A do Tribunal Judicial da Comarca do Porto - Juízo Central Cível da Póvoa do Varzim
- 5 – XXV Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso - Adenda ao Protocolo celebrado entre o município e a Artave - Escola Profissional Artística do Vale do Ave em 28/12/2000
- 6 – Proposta de atribuição de subsídio anual às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Santo Tirso
- 7 – Junta de Freguesia de Vila das Aves - Pedido de atribuição de subsidio para as Festas da Vila/2018
- 8 – Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo - Pedido de atribuição de subsidio para as Festas da Vila/2018
- 9 – Junta de Freguesia de Roriz - Pedido de atribuição de subsidio para as Festas da Vila/2018
- 10 - Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho do Campo - Pedido de subsídio para obras de encaletamento da área envolvente à Capela de Nossa Senhora de Espinho
- 11 – Proposta de atribuição de subsidio para as Festas de S. Bento 2018
- 12 – Proposta de atribuição de subsídio para as festas de S. João das Fontainhas - Vila das Aves



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

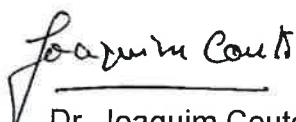
Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel.+351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



- 13 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com o Clube de Pesca de Roriz
- 14 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Recreativa da Torre
- 15 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Roriz Aventura
- 16 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com o Núcleo de Karaté e Atletismo de Roriz
- 17 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com a Associação de Karaté de Vilarinho
- 18 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com o Grupo Columbófilo de S. Martinho do Campo
- 19 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com a associação denominada Núcleo de Xadrez de Santo Tirso
- 20 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva Negrelense

Santo Tirso, 11 de junho de 2018

O Presidente,


Dr. Joaquim Couto



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 01/06/2018.-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia um do corrente mês de junho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis. -----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



[Handwritten signature and blue arrow pointing to the page number]

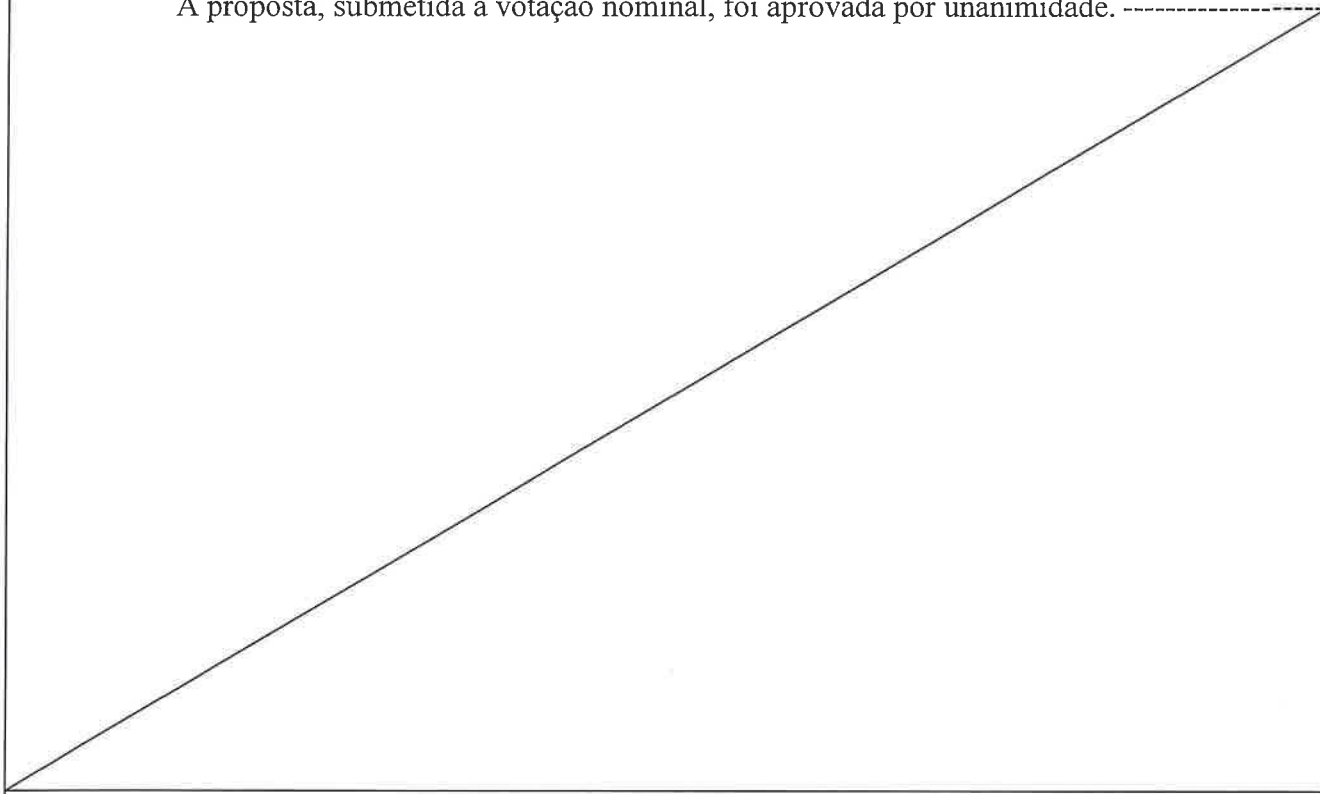
2. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2017 – APROVAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão Financeira, de vinte e oito de maio findo, registada com o número seis mil e quarenta e sete, a remeter os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de dois mil e dezassete, elaborados nos termos do n.º 7 do artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos de aprovação pela câmara municipal e apreciação da assembleia municipal, de harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 76º do mesmo diploma legal.

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar os aludidos documentos de prestação de contas consolidadas e submeter à assembleia municipal para efeitos de apreciação.-----

Os referidos documentos ficam anexos à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, rubricado pelo presidente da câmara municipal e por quem secretariou esta reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2018- MODIFICAÇÃO Nº 20- 3ª REVISÃO AO PPI E AO ORÇAMENTO DA DESPESA e 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA-----

Presente informação da Divisão Financeira, de oito do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quinhentos e quarenta e um, a remeter proposta de 20ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento do município para 2018, que consiste na 3ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa e na 2ª revisão ao Orçamento da Receita, que tem lugar pelas razões referidas na mesma informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes quatro folhas, a referida 3ª revisão Orçamental. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, de harmonia com o previsto no artigo 25º, n.º 1, alínea a) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da referida revisão aos Orçamentos da Despesa e da Receita e ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, que foi aprovada por unanimidade. -----

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2018 Data Aprovação :

Pagina: 1

Tipo de Modificação : ROD - REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA						
				Número : 3		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305		Escolas	2.442.171,97	135.000,00	
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.948.933,91	320.000,00	
02	070115		Outros investimentos	388.507,50	180.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					635.000,00	
Tipo de Modificação : ROR - REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA						
				Número : 2		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
	160101		Na posse do serviço	1.860.586,06	635.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					635.000,00	
Tipo de Modificação : RPI - REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS						
				Número : 3		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010401	2017 I 27	REFORMULAÇÃO DO NÓ DA VARIANTE À EN 105 - PONTE DE FRÁDEGAS	657.550,00		
02	07010305	2018 I 56	SUBSTITUIÇÃO DAS CAIXILHARIAS E TRABALHOS DE MANUTENÇÃO NA EB1-JI DO OLIVAL (S.MAMEDE NEGRELOS)		135.000,00	
02	07010401	2018 I 57	RECONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NO EM-558 (JUNTO A QUINTA DA GRANJA)U.F. CARREIRA E REFOJOS		50.000,00	
02	07010401	2018 I 58	BENEFICIAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA MARECHAL HUMBERTO DELGADO - AREIAS		60.000,00	
02	07010401	2018 I 59	DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NA RUA PROF. MARIO FIGUEIREDO E RUA DO LONGAL - VILA DAS AVES		210.000,00	
02	070115	2018 I 60	PRAIA URBANA DE SANTO TIRSO - 2ª FASE		180.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					635.000,00	
Total Geral :					1.905.000,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____



ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE SANTO TIRO		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 20		NÚMERO 3 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2018		DATA DE APROVAÇÃO
		REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	9.779.613,38	635.000,00		10.414.613,38
	07	Aquisição bens capital	9.779.613,38	635.000,00		10.414.613,38
	0701	Investimentos	9.779.613,38	635.000,00		10.414.613,38
	070103	Edifícios	2.442.171,97	135.000,00		2.577.171,97
	07010305	Escolas	2.442.171,97	135.000,00		2.577.171,97
	070104	Construções diversas	6.948.933,91	320.000,00		7.268.933,91
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.948.933,91	320.000,00		7.268.933,91
	070115	Outros investimentos	388.507,50	180.000,00		568.507,50
TOTAL ...			9.779.613,38	635.000,00		10.414.613,38
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ...						
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				635.000,00		

DESPACHO

Em _____ de _____ de _____

Em _____ de _____ de _____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 1	
MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO : 20		REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA		NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2018	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES	
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE		
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
16	Saldo da gerencia anterior	1.860.586,06	635.000,00		2.495.586,06		
1601	Saldo orçamental	1.860.586,06	635.000,00		2.495.586,06		
160101	Na posse do serviço	1.860.586,06	635.000,00		2.495.586,06		
TOTAL ...		1.860.586,06	635.000,00		2.495.586,06		
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES							
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...							
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		1.860.586,06	635.000,00		2.495.586,06		

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____



4. ACORDO DE PAGAMENTO PARA EXECUÇÃO DA SENTENÇA PROFERIDA NO PROCESSO NÚMERO 626/16.0T8PVZ-A DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO - JUÍZO CENTRAL CÍVEL DA PÓVOA DO VARZIM. -----

Presente informação da Chefe da Divisão Jurídica, de oito do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quinhentos e cinquenta e seis, a remeter minuta de Acordo de Pagamento a celebrar com o advogado Dr. Martins de Almeida, para execução da sentença proferida no processo judicial acima referido. -----

Anexa-se a minuta do Acordo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, foi aceite pelo identificado advogado, conforme carta de oito do corrente mês de junho, remetida por correio eletrónico, conforme registo número dezassete mil e trinta e quatro. -----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o trânsito em julgado da referida sentença; -----

Considerando que a mesma é obrigatória e prevalece sobre as decisões de quaisquer autoridades administrativas; -----

Considerando que com o Acordo obtido foi possível parar de imediato a contagem de juros;-----

Considerando que o pagamento em prestações carece da autorização da assembleia municipal, em virtude de implicar a assunção de compromissos plurianuais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere aprovar a referida minuta de Acordo de Pagamento e solicitar autorização à assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes montantes: -----

2018 – 170.129,32 € (cento e setenta mil cento e vinte e nove euros e trinta e dois cêntimos);-----

2019 – 201.666,66 € (duzentos e um mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e



seis cêntimos); -----

2020 – 201.666,66 € (duzentos e um mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos); -----

2021 – 201.666,66 € (duzentos e um mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos). -----

Sobre os montantes a pagar nos anos de dois mil e dezanove a dois mil e vinte e um acresce o IVA à taxa legal em vigor na data de cada um dos pagamentos. -----

As despesas inerentes ao Acordo de Pagamento a celebrar serão satisfeitas pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 06020305 e 02022009, nas quais têm dotação, conforme proposta de cabimento orçamental números 1922/2018, de cinco de junho, e 1923/2018, da mesma data, respetivamente, e o compromisso inerente está registado no sistema de apoio à gestão orçamental com os números 2007/2018 e 2008/2018, ambos de cinco de junho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi proferida declaração de voto, a qual se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO**(Execução da sentença judicial interposta contra Município de Santo Tirso)**

O acordo de pagamento ao advogado Martins de Almeida pelos serviços prestados ao Município de Santo Tirso na ação contra o Estado Português aquando da criação do Município da Trofa é o culminar de um processo que, lamentável e incompreensivelmente, o atual executivo municipal herdou em outubro de 2013.

Quando este executivo municipal tomou posse pela primeira vez, foi confrontado com o pagamento dos honorários ao advogado que defendeu o Município de Santo Tirso na ação contra o Estado, desconhecendo a existência daquela dívida ao causídico com escritório em Santo Tirso.

Face ao código de contratação pública pelo qual se rege a Câmara Municipal, o atual executivo municipal não podia, à luz da lei, fazer face àquela responsabilidade financeira assumida antes de outubro de 2013, o que motivou o recurso aos tribunais por parte do advogado Martins de Almeida.

Tendo o tribunal dado razão ao advogado Martins de Almeida na ação interposta contra o Município de Santo Tirso, para ser ressarcido dos honorários em dívida pelos serviços prestados antes de outubro de 2013, cuja sentença, aliás, já transitou em julgado, o atual executivo municipal decidiu respeitar a decisão judicial e chegou a acordo com o causídico para o pagamento das verbas reclamadas, no valor global de 775 mil euros.

Como pessoa de bem que é, o Município de Santo Tirso, à semelhança do que sempre faz com todos os fornecedores de serviços, vai assumir as responsabilidades financeiras para com o advogado Martins de Almeida, em razão

da sentença transitada em julgado, honrando, assim, um compromisso estabelecido, mas não cumprido, antes de outubro de 2013.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente o acordo de pagamento para a execução da sentença proferida na ação interposta pelo advogado Martins de Almeida contra o Município de Santo Tirso.

Santo Tirso, 14 de junho de 2018



**5. XXV FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA DE SANTO TIRSO -
ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A ARTAVE -
ESCOLA PROFISSIONAL ARTISTICA DO VALE DO AVE EM 28/12/2000. -----**

Presente informação da Divisão de Património e Museus, de seis do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quatrocentos e dois, a remeter Adenda ao Protocolo acima referido, que estabelece os termos da organização do XXV Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso/2018, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, composto por três folhas. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito: -----

Na alínea c) da cláusula terceira do protocolo celebrado entre o município de Santo Tirso e a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave, aprovado em reunião da câmara municipal de vinte e oito de dezembro de dois mil, ficou prevista a possibilidade de o Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso se organizar em parceria com aquela Escola; -----

As condições dessa parceria seriam estabelecidas, anualmente, por despacho do presidente da câmara municipal. -----

Considerando que o aludido protocolo foi aprovado pelo órgão executivo, e que o evento em causa acarreta custos financeiros para o município, submete-se à aprovação da câmara municipal a referida minuta de Adenda ao Protocolo, que estabelece os termos da organização do XXV Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso/2018. -----

O orçamento para o ano em curso daquele evento é de 43.045,17 € (quarenta e três mil e quarenta e cinco euros e dezassete cêntimos), participado pelo município de Santo Tirso com a quantia de 40.000,00 € (quarenta mil euros), despesa que tem cabimento orçamental na rubrica com a classificação económica 02022009, conforme proposta de cabimento 1857/2018. -----

De harmonia com o previsto no n.º 2 da cláusula sexta, as receitas de bilheteira dos espetáculos e dos cursos reverterem a favor da ARTAVE, obrigando-se esta a disponibilizar ao

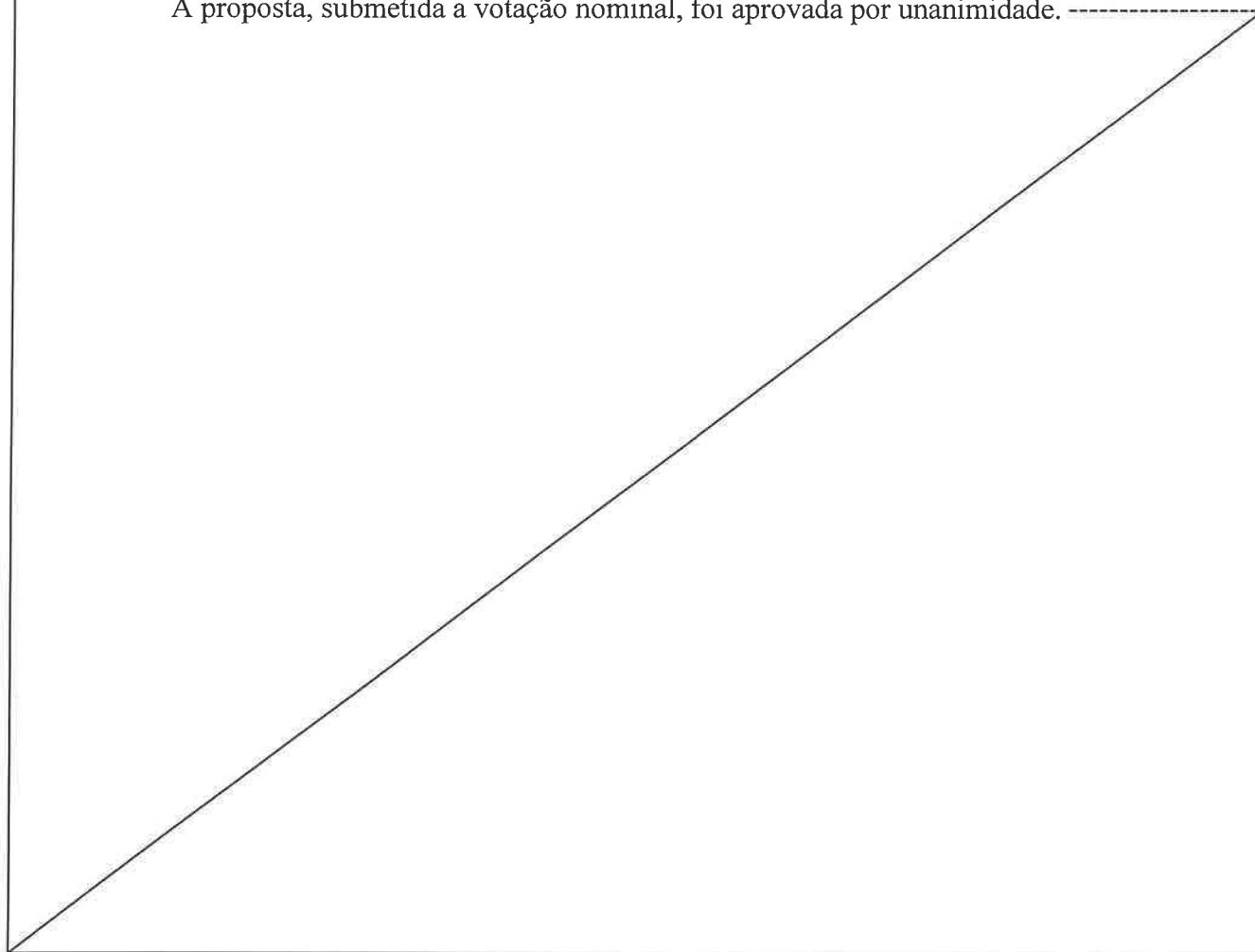


município 20% (vinte por cento) dos totais dos bilhetes relativamente à lotação de cada uma das salas onde se realizem os eventos.-----

O compromisso assumido pelo município com o pagamento daquela importância, a efetuar diretamente à ARTEMAVE – Associação das Artes e Música do Vale do Ave, conforme está previsto no n.º 1 da cláusula sexta da dita Adenda, está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2028/2018, de seis do corrente mês de junho.-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere aprovar a Adenda ao aludido Protocolo, que estabelece os termos da organização da XXV edição do Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO. -----

Presente informação de trinta de maio findo, dos serviços de Proteção Civil, registada com o número seis mil cento e vinte e nove, a sugerir a atribuição de um subsídio anual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves, com a fundamentação constante da mesma informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando os fins benemerentes e humanitários prosseguidos pelas associações de bombeiros voluntários, fins que justificam que o município lhes conceda o apoio adequado a dotá-las dos meios indispensáveis à prossecução dos objetivos altruístas para que foram criadas; -----

Considerando a escassez de receitas disponíveis nos orçamentos anuais daquelas associações para fazer face às necessidades das mesmas em dotar os seus corpos de bombeiros de meios operacionais eficazes; -----

Considerando que os municípios têm atribuições no âmbito da Proteção Civil (Cfr. artigo 23º, nº 2, alínea j) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro); -----

Proponho que a câmara municipal de Santo Tirso, por ocasião das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, e ao abrigo da sua competência para deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (alínea o) do nº1 do artigo 33º da mesma lei), delibere atribuir um subsídio anual no montante de 23.000,00 € (vinte e três mil euros), a cada uma das seguintes associações: -----

-Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso; -----

-Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses; -----



- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves. -----

A respetiva despesa será satisfeita pelas rubricas orçamentais com a seguinte classificação: classificação orgânica - 02; classificação económica 040701 e 080701, nas quais tem dotação, conforme proposta de cabimento nº 1890/2018, de 30 de maio. -----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 1961/2018, 1963/2018 e 1962/2018, todos de trinta de maio findo. -----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor. -----

Durante a discussão e votação deste ponto ausentou-se da reunião o senhor vereador Carlos Alberto Carvalho Fernandes. -----



7. JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO PARA AS FESTAS DA VILA/2018. -----

Presente pedido da junta de freguesia de Vila das Aves, enviado por email de cinco do corrente mês de junho, registado com o número dezasseis mil trezentos e setenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com diversas atividades a realizar por aquela freguesia no âmbito das comemorações da elevação da freguesia à categoria de Vila, que teve lugar no dia quatro de abril último, denominadas “Festas da Vila”. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de sete do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quatrocentos e noventa e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, face à sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio à junta de freguesia de Vila das Aves no montante de 3.800,00 € (três mil e oitocentos euros) para ajudar a custear as despesas com as referidas Festas. -----

A despesa com a atribuição do presente subsídio será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento número 1981/2018. -----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2051/2018, de oito do corrente mês de junho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



[Handwritten signature and initials in blue ink]

8. JUNTA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DO CAMPO - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO PARA AS FESTAS DA VILA/2018. -----

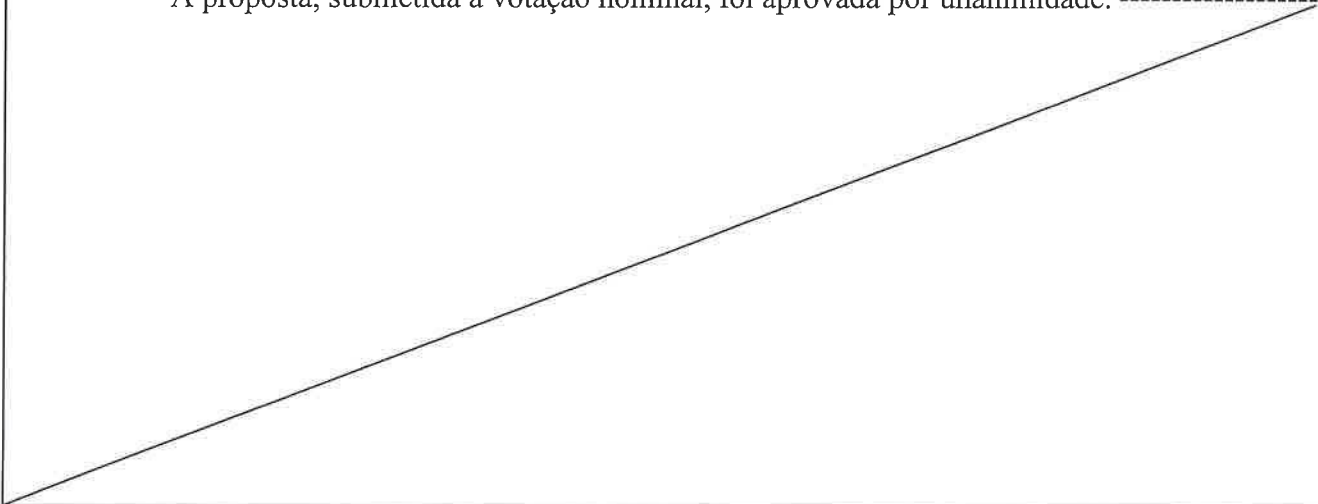
Presente ofício de vinte e um de maio findo, da junta de freguesia de Vila Nova do Campo, enviado por correio eletrónico no dia vinte e dois do mesmo mês, registado com o número quinze mil e quarenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 21º aniversário da elevação da freguesia à categoria de Vila, que se realizarão no dia vinte do corrente mês de junho. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de sete do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quatrocentos e noventa e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio à freguesia de Vila Nova do Campo, no montante de 3.050,00 € (três mil e cinquenta euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2026/2018.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2084/2018, de 13 do corrente mês de junho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





9. JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO PARA AS FESTAS DA VILA/2018.-----

Presente ofício de oito de março último, da junta de freguesia de Roriz, registado com o número sete mil quinhentos e onze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 7º aniversário da elevação da freguesia de Roriz à categoria de Vila, que se realizaram nos dias seis a oito de abril último. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de sete do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quatrocentos e setenta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, face à competência daquele órgão deliberativo prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, a atribuição de um subsídio à freguesia de Roriz no montante de 1.650,00 € (mil seiscentos e cinquenta euros), para ajudar a custear as despesas com as festas acima referidas.

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 2028/2018.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2085/2018, de treze do corrente mês de junho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



4

10. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. MARTINHO DO CAMPO - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE CALCETAMENTO DA ÁREA ENVOLVENTE À CAPELA DE NOSSA SENHORA DE ESPINHO. -----

Presente ofício da Paróquia de São Martinho do Campo, registado com o número onze mil duzentos e setenta e nove, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com as obras de calcetamento da área envolvente à Capela de Nossa Senhora de Espinho, cuja estimativa orçamental é de 6.000,00 € (seis mil euros). -----

O assunto vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de oito do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quinhentos e dez, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito: -----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município; -----

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade local, estando simultaneamente comprometidos com o desenvolvimento social; -----

Considerando que a Capela de Nossa Senhora de Espinho, embora propriedade da Paróquia de São Martinho do Campo, está integrada no Parque de Lazer de Nossa Senhora de Espinho, que é utilizado por toda a população; -----

Considerando o teor da aludida informação da Divisão de Projetos e Empreitadas; -----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho do Campo um subsídio no montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) para ajudar a custear as despesas com as referidas obras, a pagar à medida da sua execução. -----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

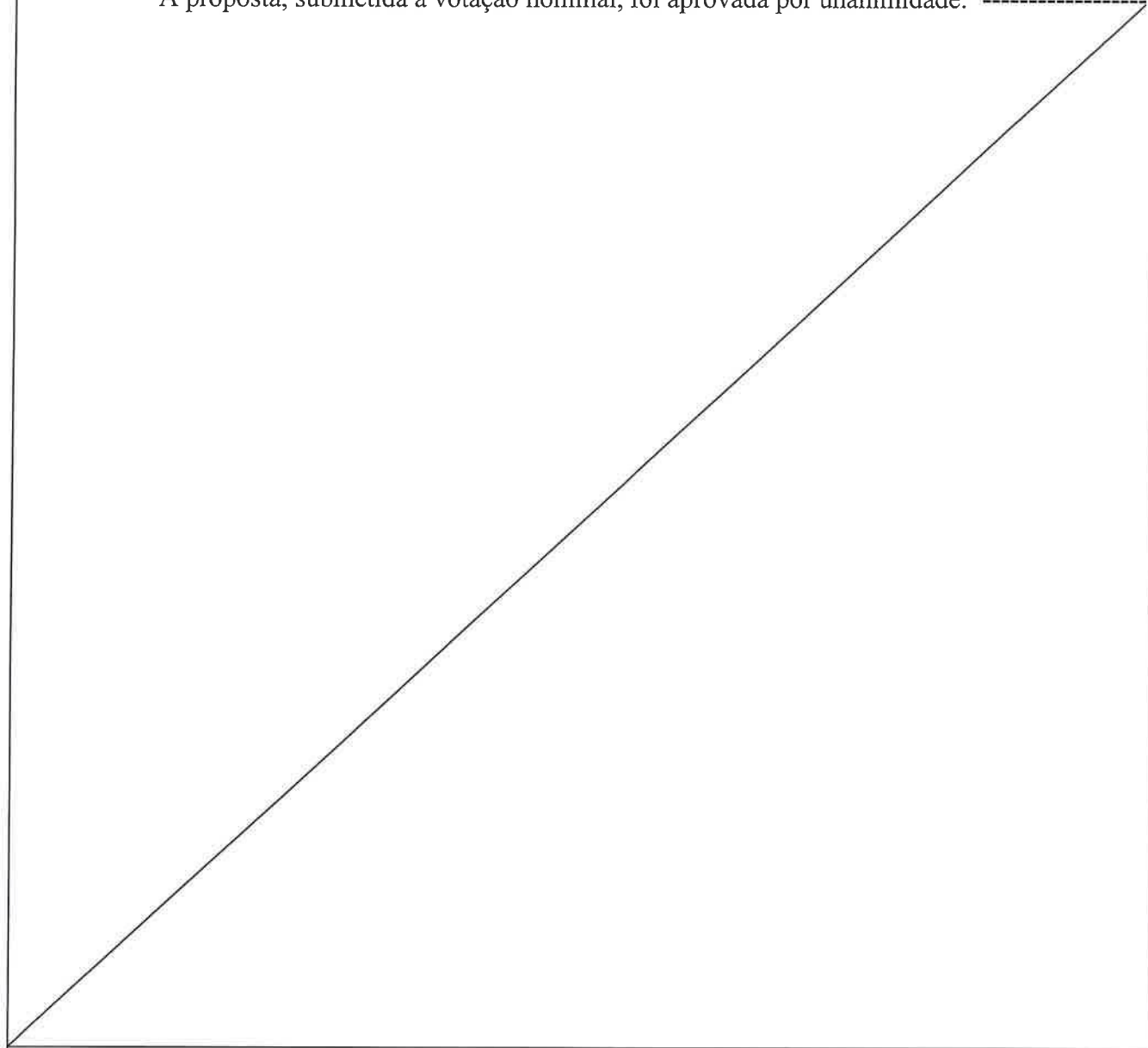
Ata N.º 12 Fl. 26
14 de junho de 2018

[Handwritten signature]

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2039/2018. -----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2119/2018, de treze do corrente mês de junho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





[Handwritten signature and initials in blue ink]

11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO PARA AS FESTAS DE S. BENTO 2018. -----

Presente ofício de vinte e cinco de maio findo, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número quinze mil seiscientos e sessenta, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Bento, que se irão realizar de cinco a onze do próximo mês de julho. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de seis do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quatrocentos e onze, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada; -----

Considerando que as “Festas de S. Bento” têm uma grande tradição no concelho de Santo Tirso, sendo consideradas as “Festas do concelho”, já que o dia de S. Bento, onze de julho, é igualmente o dia do feriado municipal; -----

Considerando que as Festas de S. Bento, destacadamente o evento cultural mais importante do concelho de Santo Tirso, são uma realização conjunta do município de Santo Tirso e de uma comissão que especialmente se constituiu para esse efeito, ao abrigo do disposto no artigo 199º do Código Civil; -----

A realização do evento em parceria com esta Comissão, que desenvolve um trabalho voluntarioso e muito meritório, em muito engrandece este evento de carácter cultural e religioso; -----

Considerando que cabe à câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apoiar atividades de natureza cultural, com interesse para o município; -----

É inegável que as Festas de São Bento são um evento de interesse para o município, quer



pela sua tradição, quer pelo interesse do seu programa de animação cultural e turística da cidade; ----

De facto, este evento atrai a Santo Tirso milhares de devotos e de visitantes de todo o país, para, por um lado, cumprimento das promessas em honra do Santo que é “advogado das coisas ruins e dos males desconhecidos” e, por outro, para participação num conjunto de atividades de natureza cultural e recreativa; -----

O programa das Festas, elaborado pela Comissão de Festas em parceria com a câmara municipal, é um programa eclético, que cumpre o objetivo de ir ao encontro de todos os gostos;-----

Durante sete dias, Santo Tirso vai novamente brilhar com um conjunto de atividades culturais, desportivas e recreativas, para assinalar a maior festa do concelho, em honra de um santo instituído como o padroeiro da Europa, cujo culto, além das festas litúrgicas, se tornou muito popular a partir da Idade Média, caracterizando-se também pelas romarias aos lugares onde é, popularmente, venerado;-----

A História do concelho de Santo Tirso está intrinsecamente ligada à história do Mosteiro Beneditino de Santo Tirso;-----

Dada a importância das Festas, no programa das Festas de S. Bento / 2018, volta a fazer parte a receção a uma representação das cidades geminadas com Santo Tirso; -----

Assim, as Festas de S. Bento são já uma referência não só no concelho de Santo Tirso, mas na região, reunindo milhares de visitantes, atraídos pela diversificada panóplia de atividades que integram a programação, o que se traduz também numa importante mais-valia para o comércio local;-

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Comissão de Festas de S. Bento, contribuinte número 901 399 914, representada pelo seu presidente, Tiago João Machado Araújo, um subsídio no montante de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros). -----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1980/2018.-----

Reunião : ORDINÁRIA



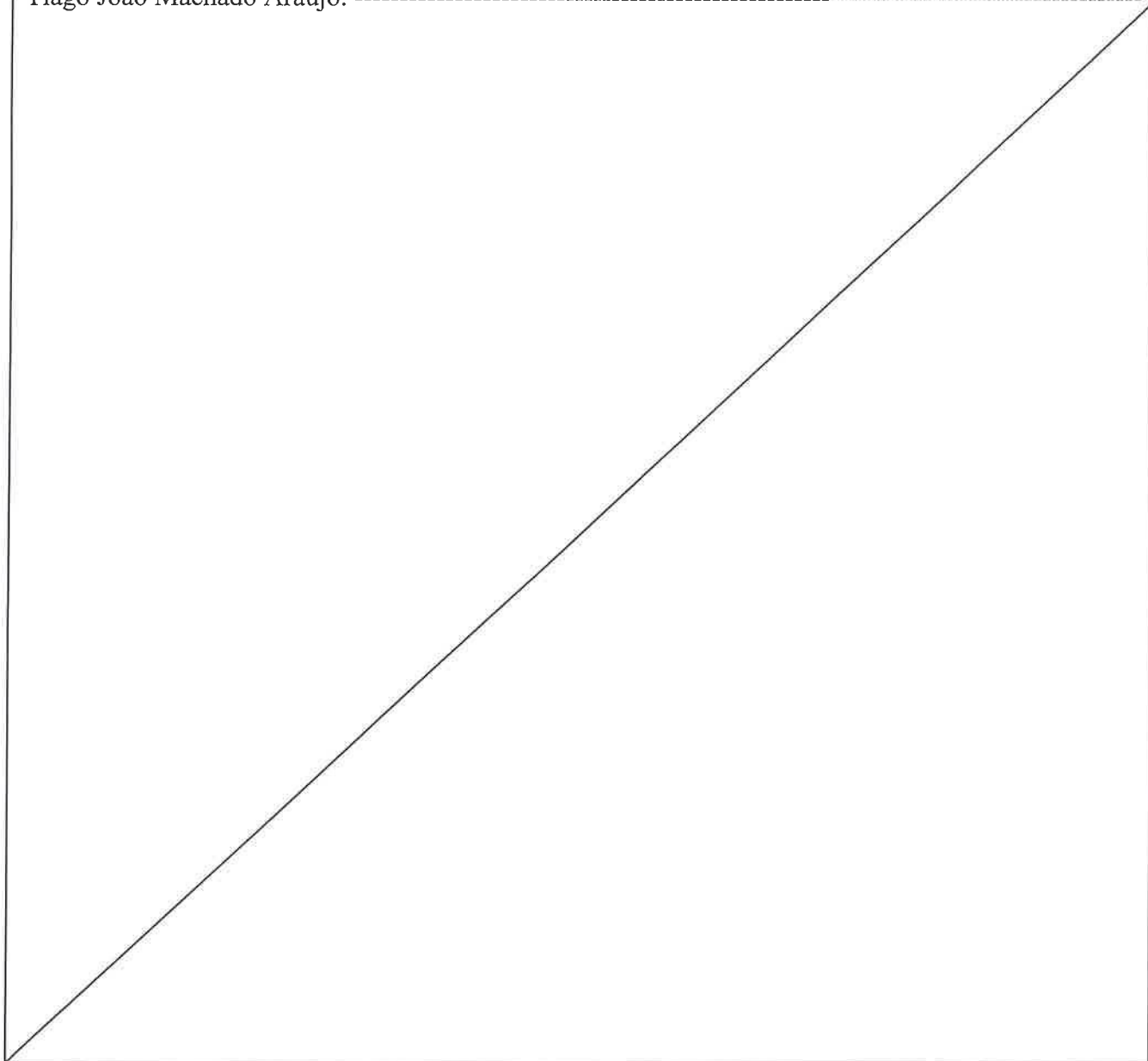
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 12 Fl. 29
14 de junho de 2018

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2049/2018, de oito do corrente mês de junho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com oito votos a favor. -----

Durante a discussão e votação deste ponto ausentou-se da reunião o senhor vereador Tiago João Machado Araújo. -----





12. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS DE S. JOÃO DAS FONTAINHAS - VILA DAS AVES.-----

Presente ofício da Comissão de Festas de S. João das Fontainhas, de dez de março último, registado com o número sete mil quinhentos e seis, a solicitar a atribuição de subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. João, que se realizam nas Fontainhas, Vila das Aves, nos próximos dias vinte e dois a vinte e quatro de junho.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de trinta de maio findo, registada com o número seis mil cento e trinta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) à Comissão de Festas de S. João das Fontainhas – Vila das Aves. -----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1958/2018.-----

Reunião : ORDINÁRIA



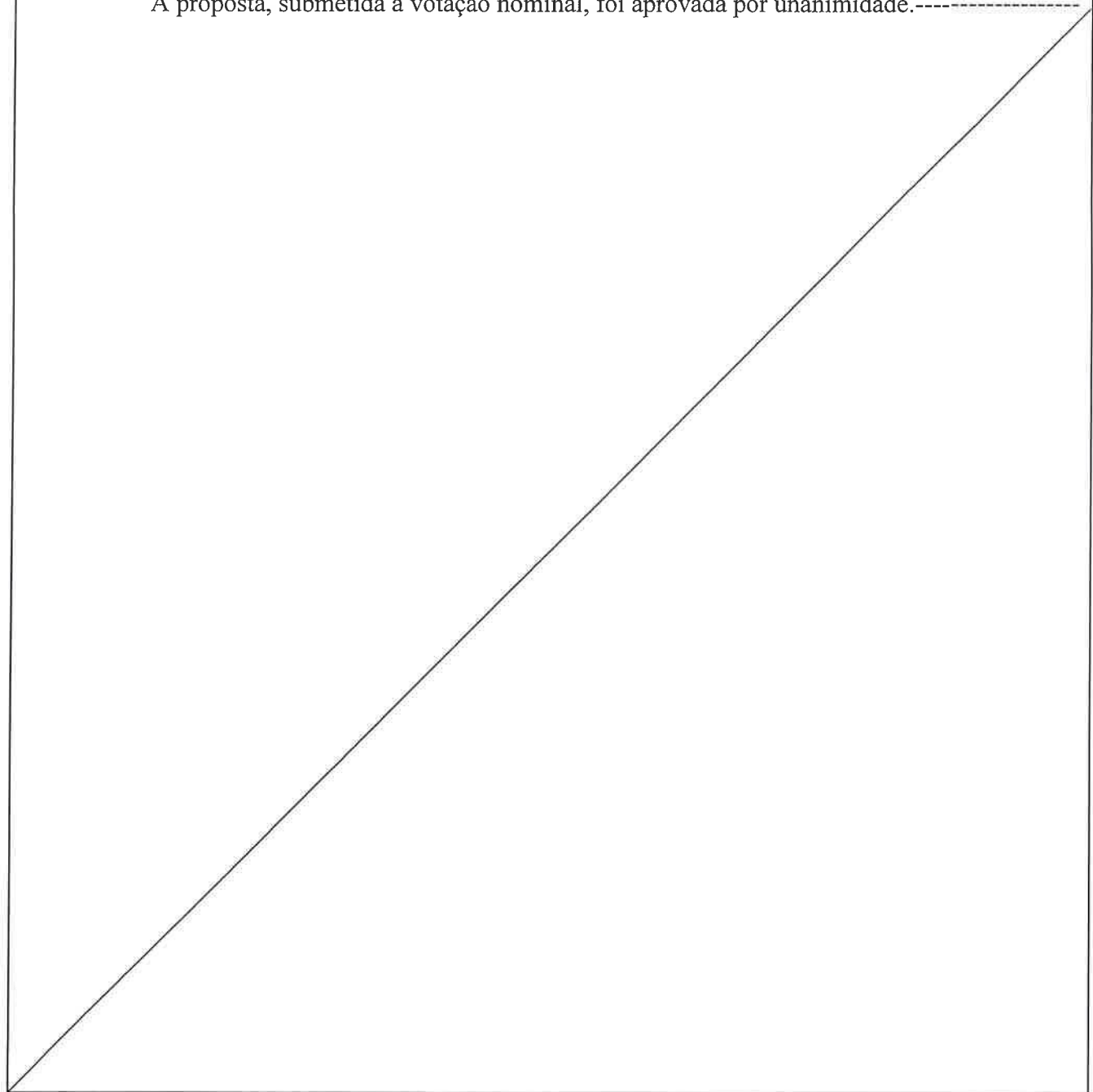
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 12 Fl. 31
14 de junho de 2018

[Handwritten signature in blue ink]

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2036/2018, de sete do corrente mês de junho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE DE PESCA DE RORIZ.-----

Presente ofício do Clube de Pesca de Roriz, registado com o número três mil novecentos e quarenta e quatro a remeter pedido de celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo para apoiar as atividades a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso.

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que o Clube de Pesca de Roriz tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia onze de abril último, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada ao sítio institucional da internet da Autoridade Tributária, no dia dezassete do mesmo mês de abril, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a informação da Divisão de Desporto, de oito do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quinhentos e trinta e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais; -----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, composto por sete folhas, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela



rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1978/2018.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2047/2018, de oito do corrente mês de junho.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA TORRE

Presente ofício de trinta de janeiro último, da Associação Recreativa da Torre, registado com o número dois mil novecentos e trinta e oito, a remeter pedido de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo para apoiar as atividades a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso. -----

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número seis mil quinhentos e trinta e três, de oito do corrente mês de junho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que a Associação Recreativa da Torre tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia treze do corrente mês de junho, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada pelo município, na mesma data, no sítio institucional na internet da Autoridade Tributária, cuja informação assim obtida tem igualmente a validade de seis meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município; -----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, composto por oito folhas, rubricado pelo



presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1976/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2046/2018, de oito do corrente mês de junho. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



15. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO RORIZ AVENTURA.-----

Presente requerimento de vinte e oito de maio findo, da associação denominada Associação Roriz Aventura, registado com o número quinze mil quatrocentos e vinte e cinco, a remeter pedido de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo para apoiar as atividades a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso. -----

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número seis mil quinhentos e quatro, de sete do corrente mês de junho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que a Associação Roriz Aventura tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta no dia nove de abril último, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia nove do mesmo mês de abril, válida por três meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 5000,00 € (cinco mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, composto por nove folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----



A

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1974/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2045/2018, de oito do corrente mês de junho. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



16. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O NÚCLEO DE KARATÉ E ATLETISMO DE RORIZ.-----

Presente ofício de dezanove de dezembro de dois mil e dezassete, da Associação denominada Núcleo de Karaté e Atletismo de Roriz, registado com o número mil oitocentos e trinta e seis/dois mil e dezoito, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo. -----

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número seis mil quinhentos e nove, de sete do corrente mês de junho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a associação Núcleo de Karaté e Atletismo de Roriz tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta no dia treze do corrente mês de junho, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, na mesma data, válida por três meses; -----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 500,00 € (quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, composto por nove folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----



O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1973/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2044/2018, de oito do corrente mês de junho.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



17. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DE KARATÉ DE VILARINHO.-----

Presente ofício de trinta e um de janeiro último, da associação denominada AKV - Associação de Karaté de Vilarinho, registado com o número dois mil oitocentos e quarenta e oito, a remeter pedido de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo, para apoiar as atividades a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso. -----

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número seis mil quatrocentos e sete, de seis do corrente mês de junho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que a AKV – Associação de Karaté de Vilarinho tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia vinte e quatro de maio findo, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada pelo município, na mesma data, no sítio institucional na internet da Autoridade Tributária, cuja informação assim obtida tem igualmente a validade de seis meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município; -----

Considerando o teor da aludida informação da Divisão de Desporto; -----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 500,00 € (quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de



Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, composto por oito folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1965/2018. -----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2248/2018, de sete do corrente mês de junho. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



18. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO COLUMBÓFILO DE S. MARTINHO DO CAMPO.-----

Presente ofício de vinte e nove de janeiro último, do Grupo Columbófilo de São Martinho do Campo, registado com o número dois mil setecentos e sessenta e um, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número seis mil quinhentos e dois, de sete do corrente mês de junho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Grupo Columbófilo de São Martinho do Campo tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia vinte e sete de fevereiro último, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada na mesma data ao sítio institucional na internet da Autoridade Tributária, cuja informação assim obtida é válida por seis meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando o teor da aludida informação da Divisão de Desporto; -----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 2.300,00 € (dois mil e trezentos euros) para apoiar a prossecução do



referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma, composto por sete folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1971/2018.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2043/2018, de oito do corrente mês de junho.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



19. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DENOMINADA NÚCLEO DE XADREZ DE SANTO TIRSO.-----

Presente ofício de dez de janeiro último, do Núcleo de Xadrez de Santo Tirso, registado com o número dois mil novecentos e sete, a solicitar a celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo para apoiar as atividades desenvolvidas por aquela instituição desportiva no ano em curso.-----

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número seis mil quatrocentos e vinte e dois, de seis do corrente mês de junho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Núcleo de Xadrez de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia oito do corrente mês de junho, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada na mesma data ao sítio institucional na internet da Autoridade Tributária, cuja informação assim obtida é igualmente válida por seis meses;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1200,00 € (mil e duzentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo X da mesma, composto por oito folhas, rubricado pelo presidente da câmara municipal e por quem secretariou esta reunião. -----



O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1968/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2042/2018, de sete do corrente mês de junho.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



20. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA NEGRELENSE.-----

Presente ofício de trinta e um de janeiro último, da Associação Recreativa Cultural e Desportiva Negrelense, registado com o número dois mil oitocentos e quarenta e nove, a solicitar a celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo para apoiar as atividades a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso. -----

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número seis mil quatrocentos e um, de seis do corrente mês de junho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a Associação Recreativa Cultural e Desportiva Negrelense tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia vinte e oito de fevereiro último, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada na mesma data ao sítio institucional na internet da Autoridade Tributária, cuja informação assim obtida tem igualmente a validade de seis meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando o teor da aludida informação da Divisão de Desporto; -----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 500,00 € (quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de



Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XI da mesma, composto por oito folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento número 1963/2018.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2039/2018, de sete do corrente mês de junho.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Dezassex horas. -----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem quarenta e oito folhas e onze documentos anexos (anexo I, relativo ao item dois; anexo II, relativo ao item quatro; anexo III, relativo ao item cinco; anexo IV, relativo ao item treze; anexo V, relativo ao item catorze; anexo VI, relativo ao item quinze; anexo VII, relativo ao item dezasseis; anexo VIII, relativo ao item dezassete; anexo IX, relativo ao item dezoito; anexo X, relativo ao item dezanove; e anexo XI, relativo ao item vinte), apenas utilizadas no anverso, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 28 / 06 / 2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas Seis).-----

A Secretária,